

Governo Federal *versus* Governos Estaduais: a Contradição no Discurso a Respeito do Turismo Sexual no Brasil¹

Daniela POLLA²

Universidade Estadual de Maringá, PR

RESUMO

Contemporaneamente, há um acontecimento na comunicação do governo que chama a atenção, trata-se da fala presidencial em relação ao turismo sexual no Brasil, que foi contradita por governos estaduais. Neste cenário, coloca-se como objetivo geral de estudo: analisar de que modo é (des)construída a contradição nos discursos federal e estaduais com relação ao turismo no Brasil. Para tanto, mobiliza-se o ferramental teórico-metodológico da análise de discurso foucaultiana, com os conceitos de acontecimento, objetivação, contradição e relações de poder. A série enunciativa é composta por uma notícia de IstoÉ (fala presidencial) e uma notícia de Ig (falas dos governos estaduais). Por meio do movimento descritivo-analítico, percebe-se que há um efeito discursivo de contradição entre a objetivação de turismo sexual no Brasil presente no discurso do governo federal e dos governos estaduais.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Michel Foucault; Contradição; Comunicação Governamental; Turismo Sexual.

INTRODUÇÃO

Contemporaneamente, parece haver, na comunicação do governo federal brasileiro, um funcionamento de afirmar um posicionamento, para, em seguida, alegar o contrário. Tal organização se deu, por exemplo, no caso de uma decisão do Ministério da Educação determinando que as escolas cantassem o Hino Nacional Brasileiro³ e filmassem seus alunos durante a solenidade, a qual deveria ser encerrada com a (re)afirmação do *slogan* de campanha do atual presidente do país; quando verificadas as irregularidades de tal determinação, ela foi cancelada pelo governo. Outro exemplo de ditos e desditos deste governo federal aconteceu com relação a uma campanha publicitária do Banco do Brasil⁴; após o presidente tomar conhecimento do anúncio audiovisual e “não gostar” do mesmo, pois não continha a representação de

¹ Trabalho apresentado na DT 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação, do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019.

² Professora Doutora do curso de Comunicação e Mídias, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), e-mail: danielapolla2@gmail.com.

³ Notícia disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/blogs/blog-renata-cafardo/mec-manda-email-para-escolas-pedindo-que-cantem-o-hino-nacional-e-filmem-as-criancas/>. Acesso em: 04 maio 2019.

⁴ Notícia disponível em: <https://economia.ig.com.br/empresas/2019-04-27/governo-volta-atras-e-diz-que-campanhas-de-estatais-nao-precisarao-de-aprovacao.html>. Acesso em: 04 maio 2019.

absolutamente todos os jovens do país, o comercial foi retirado do ar e o governo divulgou a ordem de que, a partir de então, todos os anúncios de entidades ligadas ao governo deveriam obrigatoriamente ser aprovados pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM) do governo, inclusive das estatais e das sociedades de economia mista; após a afirmação das irregularidades jurídicas de tal ordenamento, o mesmo foi cancelado pela equipe de governo.

Diante dessas condições de possibilidade, surge outro caso que permite (re)pensar a relação entre o governo federal e os governos dos estados da federação. Durante tradicional evento do café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, no dia vinte e cinco de abril, o senhor presidente do Brasil afirmou que o país não poderia ser considerado um país de turismo gay, mas que se o turista “quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade”⁵. Ao empregar a expressão “fique à vontade” em relação ao sexo com as mulheres, o governo do país cria e põe em circulação um discurso de que o corpo feminino estaria à disposição do turista, da mesma forma como nossos eventos, nossas praias, nossas cidades.

Quase que em seguida, houve um movimento dos estados da federação (primeiro com o Maranhão, seguido de Pernambuco, depois também Bahia e algumas cidades) que divulgaram em suas mídias oficiais anúncios que contrariam diretamente a afirmação do governo federal⁶. Por exemplo, o anúncio do estado do Maranhão afirma: “O Maranhão está à disposição do turista. A mulher maranhense não.” Tal movimento de comunicação governamental parece gerar um efeito de contradição entre a comunicação do governo federal e dos governos estaduais. Esse efeito gera uma quebra da padronização/coerência que é esperada de uma mesma unidade federativa, especialmente, quando se trata de um referencial constitutivo da identidade nacional, tal como o turismo.

Diante de tais condições de existência (FOUCAULT, 2014, p. 47), cabe perguntar: não é preciso que haja coerência e sinergia entre as declarações públicas oficiais de governos estaduais e federal a respeito de um tema unificante e fundante da identidade nacional, como o turismo? A fim de responder a tal indagação, coloca-se como objetivo geral de estudo: analisar de que modo é (des)construída a coerência

⁵ Notícia disponível em: <https://istoe.com.br/brasil-nao-pode-ser-pais-do-mundo-gay-diz-bolsonaro/> Acesso em: 04 maio 2019.

⁶ Notícia disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-04-29/governos-lancam-campanha-contr-exploracao-da-mulher-apos-fala-de-bolsonaro.html> Acesso em: 04 maio 2019.

governamental entre governos federal e estaduais no discurso veiculado nas declarações públicas oficiais acerca do turismo no Brasil.

Para compor tal análise serão mobilizadas algumas reflexões acerca do campo das relações públicas organizacionais. A fim de mostrar que, para além do efeito comunicativo de tal acontecimento, o país coloca em circulação um discurso perigoso para os corpos femininos, emprega-se como base teórica e metodológica a análise de discurso desenvolvida no Brasil a partir das obras de Michel Foucault. Nesse sentido, serão operacionalizados os conceitos de acontecimento, contradição, objetivação e relações de poder.

Assim, na próxima seção apresentam-se algumas considerações a respeito das premissas a respeito da comunicação organizacional (KUNSCH, 2003), aliadas ao conceito de contradição no discurso (FOUCAULT, 2014). Em seguida, retoma-se o conceito de acontecimento discursivo, de objetivação (FOUCAULT, 2014) e de relações de poder (FOUCAULT, 2017; FOUCAULT, 2014a). Por fim, realiza-se o movimento descritivo-interpretativo de uma notícia de *IstoÉ* (com a posição do governo federal) e uma notícia de *Ig* (com a posição dos governos estaduais) e fim de observar o efeito de contradição discursiva em relação ao turismo sexual no país.

1 A comunicação do(s) governo(s) e a contradição discursiva

Michel Foucault é considerado muitas coisas, às vezes um historiador, outras vezes um estruturalista, muitas vezes um filósofo. Porém, em alguns momentos de sua obra ele se posiciona como analista de discursos. Um desses momentos é em “A verdade e as formas jurídicas” (FOUCAULT, 2002, p. 09). O mais notório, no entanto, é a conferência de sua aula inaugural no Collège de France, conhecida como “A Ordem do Discurso”. (FOUCAULT, 2014a).

Quando se coloca metodologicamente como analista de discursos (FOUCAULT, 2002), o autor abre um campo possível de trabalho para diversos estudiosos. Nesse sentido, ele considera que há “uma inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence.” (FOUCAULT, 2014a, p. 07-08). Assim, ele afirma que há perigos e poderes nos discursos e que é preciso conjurar esses riscos, pois ele supõe que “em toda

sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos.” (FOUCAULT, 2014a, p. 08).

Com relação à comunicação do governo, um dos procedimentos que pode controlar a produção dos discursos são as recomendações a respeito da comunicação organizacional integrada. Kunsch (2003, p. 149) afirma que a comunicação organizacional é aquela que “analisa o sistema, o funcionamento e o processo de comunicação entre a organização e seus diversos públicos”. Com relação ao governo do país, tendo em vista expressões como “o governo” ou “a integração nacional”, é possível pensar que o governo integraria as esferas federal, estaduais e municipais sob uma mesma organização. Nesse sentido, a recomendação da comunicação organizacional integrada seria para construir

Uma filosofia que direciona a convergência das diversas áreas, permitindo uma atuação sinérgica. Pressupõe a junção da comunicação institucional, mercadológica, da comunicação interna e da comunicação administrativa, que formam o *mix*, o composto da comunicação organizacional. (KUNSCH, 2003, p. 150).

Considerando essa filosofia de comunicação que deve ser sinérgica e formando uma coesão entre todo composto da comunicação organizacional, parece que, no caso apresentado neste trabalho, há uma quebra, uma resistência a esse procedimento de interdição dos discursos. Isto porque, ainda de acordo com Kunsch (2003), a comunicação das organizações

Deve constituir uma unidade harmoniosa, apesar das diferenças e peculiaridades de cada área e das respectivas subáreas. A convergência de todas as atividades, com base numa política global, claramente definida, e nos objetivos gerais da organização possibilitará ações estratégicas e táticas de comunicação mais pensadas e trabalhadas com vistas na eficácia. (KUNSCH, 2003, p. 150).

Nesse sentido, considerando o caso da fala do presidente da república a respeito do turismo sexual no país ser posta em circulação e acionar uma resistência por parte dos governos estaduais cria um efeito de contradição discursiva nesse processo. Para Foucault (2014, p. 186), “o discurso é o caminho de uma contradição à outra”. Deste modo, pode-se trazer um caminho entre a afirmação do mandatário do Brasil ao

discurso que põe em circulação a resistência dos estados de Maranhão e Pernambuco, no caso sob análise, mas, posteriormente de outras instâncias governamentais.

Além disso, debruçar-se sobre as contradições é um dos objetivos dos analistas de discurso, pois “analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhe uma fugidia aparência.” (FOUCAULT, 2014, p. 186). Desse modo, fazer a análise discursiva foucaultiana da contradição na comunicação dos governos federal e estaduais apresentada neste estudo mostra-se um caminho profícuo. Diante disso, na próxima seção, apresentam-se os pressupostos teórico e metodológicos da análise discursiva desenvolvida no Brasil a partir da obra de Michel Foucault.

2 Análise de discursos foucaultiana

Ao encerrar sua principal obra, Foucault (2014) abre a possibilidade de os estudiosos dos discursos se debruçarem sobre diversos tipos de enunciados, uma vez que escreve a respeito de outras arqueologias e afirma que imagina “de bom grado – aguardando ainda numerosas experiências que seria preciso empreender e muitas tentativas – arqueologias que se desenvolveriam em direções diferentes.” (FOUCAULT, 2014, p. 232-233).

Nesse sentido, o autor deixa as bases para que novos estudos que pensem diferentes saberes sejam desenvolvidos pelos pesquisadores. É nessa direção que é possível operacionalizar as teorias desenvolvidas por Michel Foucault para analisar objetos outros, tais como os fenômenos da comunicação.

É relevante, então, considerar que para as análises empreendidas com base em Michel Foucault, sobretudo aquelas desenvolvidas no escopo da análise de discursos inserida nos estudos discursivos da linguagem, tenta-se ficar no nível do próprio enunciado, para descrever de que forma as práticas discursivas observadas constituem seus objetos. Esse é o processo será descrito sob o conceito de “objetivação”. Para Fischer (2012),

uma atitude metodológica com base em Foucault é justamente essa: a de prestar atenção à linguagem como produtora de discursos, como inseparável das práticas institucionais de qualquer setor da vida humana. (...) Que os atos de linguagem constituem uma trama que ultrapassa o meramente linguístico, que o discurso é uma instância limítrofe com o social, que o discurso produz os **objetos** dos quais ele mesmo fala. (FISCHER, 2012, p. 104, grifo nosso).

A objetivação é, então, o modo pelo qual as práticas discursivas constroem verdades a respeito dos objetos dos quais elas falam. Para a análise o estudioso fica no nível da materialidade dessas coisas ditas, sempre em busca de “não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significativos que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam.” (FOUCAULT, 2014, p. 60).

Dito de outro modo, esses objetos de discurso são produzidos por práticas discursivas, as quais são sempre muito bem datadas e determinadas. Conforme Veyne (1998), as coisas, os objetos naturais nem sequer existem, portanto, “é preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela.” (VEYNE, 1998, p. 243). O autor auxilia a compreensão apresentando o exemplo dos gladiadores: “Aplicamos o método aos gladiadores. Perguntemo-nos em que prática política as pessoas são objetivadas de tal modo que, se querem gladiadores, eles lhes serão dados de boa vontade, e em que prática seria inimaginável que lhes fossem dados.” (VEYNE, 1998, p. 245).

Aplicando o raciocínio ao objeto “turismo sexual no Brasil”, pode-se considerar que não há um objeto natural “turismo nacional”, mas a constituição, por meio das práticas discursivas encontradas nos vários dispositivos da atualidade, tais como o discurso da comunicação do(s) governo(s), de um objeto “turismo sexual brasileiro” fabricado nos discursos materializados na mídia – no caso específico da série analisada neste trabalho, nos discursos fabricados e postos em circulação pelo governo federal e pelos governos estaduais.

Mas, como se definiria o termo prática? Para as análises de discurso foucaultianas, ele é o que o próprio nome diz: o que se pratica na atualidade. Para Foucault (2006, p. 242), “é o conjunto das práticas discursivas e não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.)”. Deste modo, as práticas discursivas determinam as objetivações que têm

condição de possibilidade em uma determinada realidade. Mas, essas práticas não são livres. Elas sofrem coerções das relações de poder, que caracterizam a fase genealógica da obra de Michel Foucault.

A respeito das questões da análise do poder com Foucault, pode-se afirmar que a genealogia foucaultiana é a parte da análise destinada a perceber os efeitos das micro-relações de poder que podem ser verificadas nas práticas discursivas. Nas palavras de Foucault,

A questão de todas essas genealogias é: o que é o poder, poder cuja irrupção, força, dimensão e absurdo apareceram concretamente (...)? O que é o poder, ou melhor (...), quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações os diversos dispositivos de poder que se exercem a níveis diferentes da sociedade, em domínios com extensões tão variados? (FOUCAULT, 1998, p. 174).

Nessa medida, as relações de poder se dão sempre em diversos níveis e em microesferas. Assim, sob este entendimento, tanto governo estadual quanto governo federal teriam poder para objetivar como se compreende o turismo no país. Contudo, é preciso considerar que, em alguns momentos, essas micro-relações de poder assumem uma organização em que há uma espécie de ápice. Segundo o autor,

É evidente que, em um dispositivo como um exército ou uma oficina, ou um outro tipo de instituição, a rede do poder possui uma forma piramidal. Existe portanto um ápice; mas, mesmo em um caso tão simples quanto este, este “ápice” não é a “fonte” ou o “princípio” de onde todo o poder derivaria como de um foco luminoso (esta é a imagem que a monarquia faz dela própria). O ápice e os elementos inferiores da hierarquia estão em uma relação de apoio e condicionamento recíprocos; eles se “sustentam”. (FOUCAULT, 1998, p. 221)

Quando consideramos esse funcionamento estratégico das microrelações de poder, explicadas por Foucault (1998), em relação ao objeto de análise deste estudo, que é existem condições de possibilidade para que os governos estaduais contradigam o discurso do governo federal a respeito do turismo sexual no Brasil. Isso porque, apesar de o presidente da federação ser o representante máximo do país, existem relações que fazem com que os governos estaduais (os “elementos da pirâmide”) coloquem em circulação discursos com outras objetivações a respeito do turismo nacional.

Apesar de existirem, como observamos nesse caso, condições de existência para discursos governamentais que se contradizem, é possível que se considere essa

contradição entre a fala oficial de duas instâncias de governo do Brasil como um acontecimento discursivo. Para Foucault (2014, p. 31)

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. (FOUCAULT, 2014, p. 31).

Portanto, as análises foucaultianas não buscam a origem dos discursos, mas a instância do acontecimento de discurso efetivamente materializado. Nesse sentido, não se busca o momento original em que o presidente do governo federal inaugura um discurso de objetificação do corpo feminino, recorta-se a série enunciativa deste acontecimento em que há uma fala do governo federal que é, em seguida, contradita por alguns governos estaduais. Tendo em vista essas condições de existência e possibilidade do acontecimento mencionado, bem como o referencial teórico-metodológico foucaultiano, na próxima seção, passa-se à realização do movimento descritivo-analítico da série enunciativa recortada para análise.

3 A contradição entre governo federal e governos estaduais no discurso sobre o turismo no Brasil

Na análise empreendida a partir de Foucault, a questão é isolar séries e descrever a sua existência. Para o autor, “o problema é constituir séries: definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei.” (FOUCAULT, 2014, p. 09). Nessa análise de acontecimentos e séries enunciativas, busca-se responder a uma questão classicamente foucaultiana: “que singular existência é essa que vem a tona no que se diz e em nenhuma outra parte.” (FOUCAULT, 2014, p. 34). É preciso, contudo, considerar que há condições de possibilidade para o dizer, “essas condições, como se vê, são numerosas e importantes. Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época.” (FOUCAULT, 2014, p. 54).

Assim, para este movimento descritivo-analítico a série enunciativa foi composta por duas notícias online. A primeira, publicado por *IstoÉ*, em vinte e cinco de

abril de dois mil e dezenove, sob a manchete “Brasil não pode ser país do mundo gay”, diz Bolsonaro”⁷. A segunda materialidade da série recortada para análise foi publicada por *Ig*, em vinte e nove de abril de dois mil e dezenove, sob a manchete “Governos lançam campanha contra exploração da mulher após fala de Bolsonaro”⁸

A notícia de *IstoÉ*, apesar de não ter a questão do turismo sexual na manchete, apresenta um relato da fala do presidente da república em um café da manhã com o presidente no Palácio do Planalto, tradicional evento em que o chefe da federação recebe os jornalistas. Na ocasião, o mandatário comentava a respeito das críticas direcionadas a ele por parte do prefeito da cidade de Nova Iorque (EUA), considerando o presidente brasileiro como “racista e homofóbico”. Ao contrapor os comentários americanos, o presidente teria afirmado a frase da manchete: “O Brasil não pode ser um país do mundo gay, de turismo gay. Temos famílias”⁹, porém, teria dito que quem “quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade”.

Ao enunciar que qualquer turista pode visitar o país e “ficar à vontade” para fazer sexo com uma mulher, silenciando a respeito de qualquer questão sobre o consentimento por parte da mulher, o presidente do país, considerando sua posição no ápice da pirâmide de relações de poder, autoriza o sexo com as mulheres brasileiras somente considerando a vontade do turista, ou seja, autoriza o estupro no país.

O efeito de contradição discursiva na comunicação oficial do governo materializa-se na segunda notícia que compõe a série enunciativa. Intitulada “Governos lançam campanha contra exploração da mulher após fala de Bolsonaro”, já na manchete, por meio do emprego do vocábulo “contra”, a contradição entre a fala do representante máximo do governo federal aparece discursivamente como questionada por parte dos governos estaduais apresentados na notícia de *Ig*.

No texto, o texto da notícia relata que houve uma polêmica em relação à fala do presidente. No entanto, quando se analisam as publicações do governo do estado do Maranhão e do governo do estado de Pernambuco o que se observa é de contradição ao discurso de chancela ao turismo sexual criado pelo presidente da república.

⁷ Notícia disponível em: <https://istoe.com.br/brasil-nao-pode-ser-pais-do-mundo-gay-diz-bolsonaro/> Acesso em 08 maio 2019.

⁸ Notícia disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-04-29/governos-lancam-campanha-contras-exploracao-da-mulher-apos-fala-de-bolsonaro.html> Acesso em: 08 maio 2019.

⁹ Tendo em vista as limitações espaciais deste trabalho, as questões a respeito da discussão científica e social sobre homofobia, racismo e feminismo, apesar de extremamente relevantes, serão relegadas em função da especificidade do acontecimento discursivo comunicacional ser o foco da análise proposta para estudo.

Nesse sentido, na linha fina da notícia lê-se: “Governos estaduais do Maranhão e de Pernambuco criaram campanhas em resposta a fala polêmica do presidente Jair Bolsonaro, que afirmou que estrangeiros estão convidados a ter relações com mulheres”. O efeito discursivo do emprego de “fala polêmica” para fazer menção à afirmação de que os turistas podem ficar à vontade para ter relações sexuais com as mulheres brasileiras, sem nem sequer mencionar que a relação precisa ser consentida ou o mínimo de respeito ao corpo feminino, cria um efeito de suavização da gravidade de tal convite partir do chefe máximo da nação. Na mesma materialidade, outro efeito é o que uso de “resposta” para referir a contradição total que se verifica nas comunicações oficiais dos governos estaduais de Maranhão e Pernambuco. A suavização se dá na medida em que uma resposta pode ter posicionamentos tanto positivos quanto negativos, enquanto que o posicionamento primeiro de um discurso que contradiz outro é de negação.

Porém, na sequência do texto da notícia de Ig essa suavização fica menos enfática. No primeiro parágrafo há a seguinte construção: “Os governos estaduais do Maranhão e de Pernambuco criaram campanhas com o intuito de criticarem o turismo feito apenas com o objetivo de exploração de mulheres. Através de fotos e anúncios na internet, os estados informam que estão abertos a receberem turistas, mas suas mulheres precisam ser respeitadas. As ações servem como resposta ao presidente Jair Bolsonaro, que incentivou que estrangeiros viessem ao Brasil para ter relações com as mulheres.” É possível analisar então uma prática discursiva que constrói a objetivação de que a fala do presidente permite a exploração sexual das mulheres brasileiras por parte dos turistas e uma comunicação oficial dos governos estaduais de que as mulheres precisam ser respeitadas. Nesse sentido, fica expressa a contradição, tendo em vista que a comunicação federal afirma que o turista pode ficar à vontade, ao passo que a comunicação dos estados afirma o respeito ao corpo feminino acima da vontade do turista.

Em seguida, a notícia reproduz os argumentos dos anúncios dos governos dos estados de Maranhão e Pernambuco, veiculados nas mídias sociais oficiais dos estados. Lê-se o que segue: “O Maranhão está à disposição dos turistas. A mulher maranhense, não’, diz a frase na campanha contra a exploração das mulheres. A mesma frase foi divulgada pelo governo de Pernambuco, trocando apenas o termo ‘maranhense’ por ‘pernambucano’.” (sic). É possível perceber então a contradição discursiva em relação a

fala do presidente pelo emprego da expressão “à disposição” para retomar o “à vontade” presente na fala proferida no café da manhã com os jornalistas no Palácio do Planalto.

Porém, apesar da semelhança de terminologia, o discurso construído em cada uma das ocasiões é muito diverso. Assim, apesar da recomendação da área de comunicação integrada para que haja uma coesão na comunicação das diversas instâncias das organizações, nesse acontecimento discursivo há uma discrepância, uma contradição completa entre os discursos da esfera federal e das esferas estaduais do governo do país. O presidente disse que os turistas podem visitar o país e se servirem à vontade das mulheres brasileiras, já os governos estaduais de Maranhão e Pernambuco afirmam que os pontos turísticos brasileiros estão sim à disposição dos turistas, as nossas mulheres não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar este estudo, é possível perceber que, apesar da organização muitas vezes piramidal do poder, é sempre possível resistir. Como Foucault sabiamente percebeu: “lá onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 2015, p. 104). Desse modo, mesmo com um discurso do governo federal de que o turismo sexual de exploração do corpo da mulher brasileira é bem-vindo e deve ser realizado à vontade pelos estrangeiros, os governos dos estados (e posteriormente de algumas cidades também) resistem e colocam em circulação discursos que contradizem a comunicação da esfera federal.

Nesse sentido, também observa-se que há em funcionamento no país uma comunicação organizacional que despreza a recomendação da filosofia integrada de comunicação. Isto porque o tema do turismo é fundante da identidade nacional e, portanto, relevante para a construção de uma nação coesa. Quando circula uma comunicação oficial contraditória entre o governo federal e os estados, cria-se um discurso de que o turismo no Brasil não é tão importante assim. Este acontecimento discursivo revela, portanto, diversos caminhos de estudos que estão além do escopo da análise discursiva foucaultiana, migrando então para os estudos de relações públicas governamentais.

Uma última consideração deve ser feita a respeito do aspecto piramidal que o poder pode assumir e da responsabilidade social que integra o *status* esperado do sujeito

que ocupa a posição principal nesse ápice da pirâmide. Nesse sentido, a afirmação de que as mulheres brasileiras estão à disposição dos turistas é de uma gravidade que extrapola em muito o limite deste estudo, porém, não há como não mencioná-la e não registrá-la como, no mínimo, inconcebível de proferida por um chefe máximo de uma nação como o Brasil.

Referências Bibliográficas

- FISCHER, R. M. B. **Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.
- FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- FOUCAULT, M. O cuidado com a verdade. In: FOUCAULT, M. **Ética, Sexualidade, Política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Coleção Ditos e Escrito V, p. 240-251)
- KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. Edição Revista. São Paulo: Summus, 2003.
- VEYNE, P. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. Trad. de Alda Baltar e Maria A. Kneipp. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.